

RESENHA

TELLES, Edward E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira**. Trad. Ana Arruda Callado. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012. 239 p.

por Neide Cristina da Silva¹, Fernando Leonel Henrique Simões de Paula²

Lançado primeiramente em inglês com o título *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil* (2004), a obra ganhou o prêmio de melhor livro de Sociologia do *American Sociological Association*. Na versão brasileira é intitulado “O Significado da Raça na Sociedade Brasileira” e esta disponível gratuitamente na internet. Seu autor, Edward Telles é norte-americano, professor do Departamento de Sociologia na Universidade de Princeton, Diretor do Centro de Desenvolvimento e Migração e do Projeto sobre Raça e Etnia na América Latina, na década de 1990 trabalhou na Fundação Ford no Rio de Janeiro e realizou diversos diálogos com estudiosos das questões raciais no Brasil como o Antônio Sergio Guimarães, Clóvis Moura, Octávio Ianni entre outros.

O significado de raça na sociedade brasileira, esta dividido em dez capítulos, o primeiro é uma introdução a toda obra, os capítulos dois e três respectivamente, “Da supremacia branca à democracia racial” e “Da democracia racial à ação afirmativa” fornecem a história da política e da ideologia, que serve de pano de fundo para entender a questão racial no Brasil, o capítulo quatro “Classificação Racial” examina o complexo sistema de classificação racial brasileiro. Nos capítulos cinco e seis “Desigualdade Racial e Desenvolvimento” e “Discriminação racial” o autor realiza uma análise das relações raciais verticais e da discriminação. Nos capítulos seguintes “Casamentos Inter-raciais” e “Segregação residencial” ocorre uma análise das relações horizontais de casamentos inter-raciais e da segregação residencial, o capítulo nove “Repensando as relações raciais no Brasil” sintetiza os capítulos anteriores e delinea suas implicações teóricas e, finalmente no décimo o capítulo “Formulando políticas”, examina-se as implicações do sistema brasileiro na elaboração de políticas sociais.

¹ Universidade Nove de Julho – UNINOVE (Doutoranda em Educação) / Docente de História Rede Estadual de Ensino São Paulo-, Brasil Email: neidesilva87@hotmail.com

² Universidade Nove de Julho – UNINOVE (Mestrando em Educação). São Paulo – SP, Brasil Email: fernandaunicid@yahoo.com.br.

De acordo com o autor, o objetivo principal do livro foi reexaminar os argumentos apresentados por ambas as gerações de acadêmicos, a respeito dos estudos das relações raciais no Brasil e, aproveitando os dados estatísticos sobre raça, examinar várias questões relativas às questões raciais, como por exemplo, classificação racial, uniões inter-raciais, segregação espacial entre outras. A hipótese levantada é que existe tanto inclusão quanto exclusão racial, mas por acreditar que o conceito de exclusão não é adequado, Telles adota o conceito de relações verticais, para compreender a dimensão da exclusão econômica e o conceito de relações horizontais para se referir a miscigenação e aos níveis de sociabilidade.

Concernente as duas gerações da pesquisa sobre relações raciais, a primeira inicia-se na década de 1930 e sustenta a tese da democracia racial, “segundo a qual o Brasil era, de modo único, uma sociedade que incluía os negros” (p.6), nesta geração, pode-se incluir autores como Gilberto Freyre, Donald Pierson, Marvin Harris, Charles Wagley e Carl Degler, por outro lado, a partir da década de 1950, Florestan Fernandes lidera a segunda geração, que “argumentava que o Brasil se caracteriza pela exclusão” (p.6). Apesar dos estudos realizados Florestan, foi somente na década de 1990 que o Estado brasileiro começou a reconhecer a existência do racismo e implementar reformas racias.

Este reconhecimento, se deu em grande parte, devido ao movimento negro que nos fóruns internacionais, conseguiu desmascarar a ideologia da democracia racial, forçando o governo brasileiro a manter a pauta de reformas em sua agenda. No entanto, na década de 1990, as conquistas não foram substanciais, pois apesar da eleição de um presidente que por sua trajetória acadêmica, tenderia a implementar ações afirmativas a favor da população negra, estas não ocorreram, sendo que o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu ministro da educação, Paulo Renato Souza, defenderam os programas universalistas, rejeitando as políticas baseadas em consciência racial, neste período, a mídia, intelectuais e até mesmo o governo assumiram um discurso que afirmava ser muito complicado definir quem é negro no Brasil.

E esta questão é aprofundada por Telles que afirma “no Brasil, não existe na classificação racial um limite por linha de cor mas sim uma grande área cinza ou marrom [...] no Brasil, a raça é um conceito ambíguo porque existem vários sistemas de classificação” (p.85). Uma das razões apontada para a ocorrência dessa ambiguidade é a miscigenação, que atrelada as questões de ascensão social, dificultam a classificação da nossa população, uma vez que, quanto mais claro for o indivíduo, mas fácil será conseguir acesso a melhores escolas, postos de trabalho, oportunidades de ascender a uma classe média etc. e por isso, a tendência da população de se autoclassificar como: moreno, chocolate, marron, tentando fugir do preto ou negro. Mas a situação não esta

estagnada e Telles afirma que “o movimento negro ganha maior legitimidade e clama por um sistema que exclua as categorias intermediárias, forçando a maioria do brasileiros (exceto asiáticos e indígenas) a se identificarem como negros ou brancos” (p.85).

Esta classificação mais objetiva será positiva para demonstrar as desigualdades sócio-econômicas entre a população branca da não-branca. Mesmo com a classificação atual, já foi possível o autor demonstrar que praticamente em todos os indicadores de condições sociais no Brasil, os não brancos estão abaixo dos brancos e desde 1950, apesar do país ter vivido um significativo crescimento econômico, as disparidades raciais persiste no topo da estrutura social e “o desenvolvimento brasileiro trouxe consigo um atrofiado desenvolvimento social, compreendendo maiores desigualdades sociais” (p.112).

E atrelado as desigualdades sociais, tem-se a discriminação racial, que segundo o autor posiciona de forma diferente brancos, pardos e pretos no sistema hierárquico através de regras informais, acerca dos lugares apropriados para cada categoria racial. A discriminação racial na sociedade brasileira, esta presente: na maior dificuldade que negros enfrentam para entrar na classe média; a partir do humor e ditados populares como “a coisa da preta” “amanhã é dia de branco”; na mídia que geralmente apresenta o negro em papéis de subalternos, prostitutas e malandros; e nas políticas governamentais como a de imigração que buscava promover o branqueamento da população, assim como, com os agentes estatais como professores e a policia.

Mais dois assuntos relevantes são abordados no livro, o primeiro diz respeito aos casamentos inter-raciais, no qual, Telles compara as uniões inter-raciais entre o Brasil e EUA, demonstrando que no Brasil, apesar da discriminação racial, as taxas de casamentos inter-raciais são maiores que nos EUA, no entanto, esses casamentos, ocorrem principalmente entre brancos e mulatos e principalmente no nordeste, onde os brancos tem maior probabilidade de interação com pardos e pretos. Outra variável indentificada pelo autor é que a união inter-racial é mais comum entre brancos pobres. O segundo assunto, trata da segregação residencial, que mais uma vez o autor compara ao caso norte-americano. Nos EUA existiram leis que legitimavam as segregação residencial entre negros e brancos, no Brasil, isso não ocorreu, mas os habitantes de nossas favelas, são em sua maioria negros, assim como nos guetos norte-americano, e o mais curioso é que nas próprias favelas existem segregações

As próprias favelas podem ser segregadas por raça [...] segundo um residente da favela, Pavão-Pavãozinho, que tem acesso via Copacabana, é habitada principalmente por nordestinos, abrangendo as categorias de brancos e pardos. Por outro lado, a favela do Cantagalo, sobe por Ipanema, abriga principalmente nativos cariocas, em sua maioria pretos e pardos. [...] As diferenças raciais enre as duas comunidades carentes mostram que apenas a divisão por classe social não explica a segregação espacial. (p.166)

Ainda assim, o autor considera a segregação espacial brasileira moderada comparada ao caso norte-americano.

Concluindo o livro, Telles discorre sobre a importância de políticas adequadas, pois a desigualdade e discriminação racial ainda persistem no Brasil, sendo que a política de ações afirmativas só começou em grande escala em 2001. O autor assume uma postura a favor dessas políticas e demonstra que as desigualdades sociais diminuíram nos EUA, a partir da adoção dessas ações. Também adverte para o fato de que muitos analistas como Gilroy, querem acabar com o conceito de raça, com o argumento de ele apenas cria injustiças e se parássemos de pensar nele, o problema teria fim, ora o exemplo da França, demonstrou o contrário, pois apesar de não coletar dados sobre raça, o racismo persiste na França e em todo o mundo, aliás suprimir o conceito de raça inviabiliza pesquisas que demonstram as desigualdades raciais.

A obra “O significado da raça na sociedade brasileira” é um estudo aprofundado sobre as relações étnico-raciais e seus desdobramentos na nossa sociedade, comete um erro no início do livro, ao afirmar que

os portugueses aportaram nas costas brasileiras em 1500 e logo começaram a escravizar a população indígena para o uso na plantação de cana e nos engenhos de açúcar. Diante da inadaptação dos ameríndios a esse tipo de trabalho, os colonizadores portugueses voltaram-se para a África como fonte alternativa de mão de obra (p.20).

(...) reproduzindo a história do ponto de vista do colonizador, usando um argumento ultrapassado para justificar a escravidão dos africanos (inadaptação dos índios), o que é uma falácia, pois os indígenas brasileiros foram escravizados em grande escala e o tráfico negreiro se deu por questões econômicas, favorecendo a economia portuguesa, inglesa entre outras, assim como a igreja católica.

Apesar do erro apresentado, a versão em português e gratuita da obra de Telles é oportuna, por apresentar dados minuciosos sobre a questão racial no país, por demonstrar que o racismo está tão presente no Brasil como nos EUA, por discutir as políticas universalistas e de ações afirmativas e por enriquecer o debate étnico-racial no país, que aparentemente depois da Lei 10.639/01 (que obriga o ensino de história e cultura afro nas escolas com o objetivo de recuperar os aspectos positivos do povo negro), tornou-se mais fecundo e tem permitido avanços nas conquistas da população negra brasileira.